



Emissoras Públicas de Rádio e TV na América do Sul: cinco exemplos regionais¹

Sonia Virgínia Moreira²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O texto mostra os primeiros resultados da coleta de dados que integram pesquisa que trabalha com a América do Sul como espaço de análise de mídia para, neste, analisar um tipo particular de comunicação: a radiodifusão pública. O projeto está mapeando os sistemas públicos de radiodifusão em operação nos 12 países sul-americanos para, entre outros pontos, identificar o conceito de ‘público’ com o qual se identificam as emissoras de rádio e TV e analisá-lo nos contextos nacional e comparado entre países. Também espera contribuir para a construção de um conceito de mídia pública que reflita as realidades da região.

Palavras-chave

Estudo de mídia; Geografias da Comunicação; Radiodifusão Pública; América do Sul.

Introdução

Na literatura (internacional ou comparada) de comunicação, o subcontinente América do Sul raramente é considerado como objeto de pesquisa. A investigação científica, quando trata da região, concentra-se em determinados países ou em uma ‘América Latina’ cujos limites geográficos se estendem das areias do deserto Chihuahua no norte do México às planícies geladas da Terra do Fogo, no sul da Argentina. Entre esses dois pontos estão nações das três Américas – do Norte, Central e do Sul, que constituem blocos regionais, culturais, midiáticos, políticos e econômicos distintos.

A pouca atenção a temas sul-americanos está evidente inclusive naquelas áreas de conhecimento em que análises contextuais de países constituem a própria base da produção científica, caso das relações internacionais e do direito internacional para citar dois campos de estudos. A delimitação espacial, a opção temática, do projeto do qual este artigo faz parte também foi estimulada pela iniciativa conjunta de dirigentes de 12

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação, XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade de Caxias do Sul, RS.

² Professora Adjunta, Departamento de Jornalismo, Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade do CNPq (pesquisa Radiodifusão Pública nos Países da Unasul).



países que – depois da criação em 2004 da ‘Comunidade Sul-Americana de Nações’ – em maio de 2008 assinaram em Brasília o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) apoiados

“(…) na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngües e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas” (...), afirmando sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver espaço integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe” (Ministério das Relações Exteriores, 2008).³

Assim, a demarcação geográfica do projeto, que inicialmente compreenderia os blocos de países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela) e da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru), foi ampliada para incluir os outros três signatários do Tratado: Chile, Guiana e Suriname.

A pesquisa sublinha a América do Sul como espaço de análise midiática e, neste, destaca um modelo particular de mídia: a radiodifusão pública. O padrão que predominou praticamente durante todo o século XX em países da Europa, da África e da Ásia, inspirado principalmente pela trajetória da British Broadcasting Corporation (BBC, cujas transmissões tiveram início em 1922), não teve o mesmo apelo em países da América do Sul. A organização dos meios de comunicação na região se pautou principalmente pelo modelo comercial dos Estados Unidos, uma das razões pelas quais tem sido historicamente complexa a constituição de sistemas efetivamente públicos de rádio e TV⁴. Geralmente, artigos, relatórios ou apresentações sobre meios de comunicação públicos na região aparecem associados a temas como democracia, liberdade de expressão, pluralismo e capacidade de acesso.

Na construção do perfil das emissoras identificadas como ‘públicas’ serão consideradas definições como a da UNESCO (emissoras com presença inequívoca do público local/regional/nacional na programação; independentes editorialmente e com

³ Outras informações disponíveis em 12/06/2010 em:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

⁴ Nos últimos anos observa-se, porém, debate mais freqüente sobre o assunto. Um deles foi tema da emissão de 17 de fevereiro de 2004 do Observatório da Imprensa na TV. O resultado de enquete realizada durante o programa mostrou o seguinte resultado para a pergunta “A democracia precisa de uma TV pública independente?”: 89% responderam Sim; 11% Não.



formas transparentes de financiamento)⁵. Também serão analisadas outras características das emissoras, entre as quais: a) se possuem alcance geográfico universal (país ou região) por meio de redes próprias ou retransmissoras; b) se atendem a interesses e anseios diversos; c) se contemplam as minorias; d) se enfatizam a noção de identidade nacional e de comunidade; e) sejam regidas por regras ou princípios norteadores no lugar de leis ou decretos.

Nesse contexto, a pesquisa tem dois objetivos principais: estudar o setor de radiodifusão (muitas vezes auto) identificado como “público” e, ao mesmo tempo, anotar suas formas de inserção no subcontinente sul-americano. A partir dessa perspectiva, registra e discute os dilemas subjacentes às políticas públicas nacionais de comunicação e lida com um problema conceitual básico: o que pode ser efetivamente considerado radiodifusão pública na região? Trata-se de trabalho exploratório que pretende reunir em uma base de dados unificada informação sobre o setor de radiodifusão pública na região. Com isso recupera a evolução do modelo público adotado por emissoras de rádio e TV nos países do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, assim como analisa suas configurações e formas de mediação com o público local/regional/nacional.

Importante destacar, ainda, que a análise do tema aqui proposto não se limita a parâmetros geográficos. Mas não podemos ignorar que o complexo processo comunicacional que envolve nações e culturas diferentes do subcontinente inclui questões relativas à própria identidade regional: somos sul-americanos, latino-americanos, ibero-americanos? Arturo Merayo, por exemplo, recorre ao lingüista Manuel Seco para explicar o uso de um conceito mais amplo para tratar da Iberoamérica:

“A rigor, Hispano-América, Iberoamérica e Latino-América (ou América Latina) não são equivalentes: o primeiro designa o conjunto dos países americanos de língua espanhola; o segundo, o conjunto daqueles que usam idiomas da Península Ibérica, isto é, o espanhol e o português; e o terceiro, o conjunto daqueles que falam idiomas de origem latina, que naquele continente compreendem o espanhol, o português e o francês” (Seco, in Merayo, 2007, p. 9).

⁵ Disponível em 15/06/2010 em:

http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=1525&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html



Considerando que este projeto adota, para a finalidade da pesquisa, as nações que compõem o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, aqui estão incluídos a Guiana, ex-colônia britânica, e o Suriname, ex-colônia holandesa. Estaríamos, então, frente a um outro possível de ordenamento geopolítico e cultural na região, cujos idiomas seriam o espanhol, o português, o inglês e o holandês, estando a América do Sul constituída por todos os países do subcontinente, com exceção da Guiana Francesa que, como departamento além-mar da França pertence à União Européia. É nessa conjuntura pluriarticulada e plurilíngüe, portanto, que se desenvolve esta pesquisa. Com isso pretende-se aproximar os estudos da comunicação aos da geografia, assim como identificar questões que possam interessar à geografia no campo da mídia.

Anotações sobre a radiodifusão pública na América do Sul: Brasil, Colômbia, Chile, Bolívia e Argentina

De modo geral, o rádio e a televisão seguem como os meios de comunicação de maior alcance e apelo popular no subcontinente da América do Sul. Por esse motivo, o seu uso tem sido distinto. Abrange desde a experiência singular de resistência civil na década de 1980 protagonizada pelas rádios comunitárias mineiras na Bolívia até iniciativas de cunho político, como a de “integração regional” proposta pela Venezuela ao inaugurar em 2005 o canal de TV multiestatal TeleSur, dedicado a audiências da América Latina e do Caribe. Compõe-se por sistemas distintos de radiodifusão, que podem tanto servir como canais para a comunicação participativa e indutores da democratização da mídia ao cumprirem uma agenda de desenvolvimento regional⁶, como também para ações político-governamentais com forte carga ideológica.

No caso da radiodifusão pública registram-se movimentos em várias direções, em especial nos últimos dois anos (2008-2010), nos diversos países da Unasul. Aqui são apresentados alguns exemplos que ilustram esse período. No **Brasil**, ação mais recente foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, empresa subsidiada pelo Executivo, criada por medida provisória em 1997 e aprovada pelo Senado Federal em março de 2008 com a seguinte forma de financiamento:

⁶ Assuntos considerados também essenciais para a formação de jornalistas, conforme proposta curricular desenvolvida e incluída em 2007 para o relatório da UNESCO intitulado *Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries and Emerging Democracies*



Além do Orçamento Geral da União, os recursos virão de doações, publicidade institucional, exploração dos serviços de radiodifusão pública, prestação de serviços a entes públicos e privados e distribuição da publicidade legal (publicação de avisos, balanços, relatórios) de órgãos e entidades públicas federais (Agência Brasil, 2007).

A nova empresa brasileira foi apresentada com destaque para a rede nacional de televisão pública, a TV Brasil, ainda que abrangesse também todas as emissoras de rádio do sistema federal. A emissora, assim como a empresa, surgiu enfrentando desafios:

Concebida sob o signo do exercício da cidadania e em meio à migração do sistema analógico para o digital em todo o sistema de televisão no país, a TV pública, embora já esteja com seu primeiro programa no ar, ainda está sendo estruturada e tem o propósito de em poucos meses se constituir em uma opção à programação das emissoras privadas que têm por critérios primeiros a audiência, a remuneração do capital e o estímulo ao consumo. Conhecedores da trajetória da televisão no país salientam que não basta distinguir a TV pública partindo do pressuposto técnico e de abrangência nacional, porque esses atributos também são cumpridos pela TV comercial, ainda que com padrão questionável. A nova rede tem por desafio se transformar em fórum que abrigue a diversidade de opiniões, seja espaço para as diferentes realidades que compõem o cenário brasileiro, seja analítica sem renunciar ao posicionamento crítico (OTONI, 2007).

Três anos depois da implantação da Empresa Brasil de Comunicação, a televisão continuava em evidência na mídia. Diversas ações envolvendo as emissoras de rádio reunidas sob o guarda-chuva organizacional da EBC, porém, aconteceram no mesmo período. A mais importante foi o fortalecimento da Associação das Rádios Públicas do Brasil – Arpub. Das dez emissoras que assinaram a criação da Associação em 2004, o grupo evoluiu para as 41 rádios integravam o grupo em 2010, localizadas em 17 estados e no Distrito Federal,⁷ entre canais identificados como educativos, universitários e culturais. O fato é que, passados os primeiros três da inauguração da empresa pública nacional de radiodifusão, a existência de um sistema público de rádio e TV ainda era

⁷ Arpub – Rádios Associadas. Disponível em 12/06/2010 em http://www.arpub.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=204



contestada, em alguns casos por dirigentes dos próprios canais:

A televisão pública, diga-se com clareza, ainda não existe no Brasil. Emissoras independentes do mercado e dos governos de plantão, mantidas e controladas pela sociedade, são, por enquanto, sonhos, promessas ou, na melhor das hipóteses, projetos em construção. Obra que vem se erguendo aos poucos, de várias formas. Essa heterogeneidade pode ser virtude, mas dá margem a incompreensões, que convém aclarar (MARKUN e PRIOLLI, 2010).

Diferente do Brasil, na **Colômbia**, a legislação evoluiu sensivelmente nas duas últimas décadas. Da Lei 014, de 1991, que criou o Instituto Nacional de Rádio e Televisão como órgão gestor do serviço público de televisão “cuja prestação estava a cargo do Estado”, chegou em 2009 com a Resolução 037 em vigor, que estabelecia novos valores para os serviços prestados pelas equipes da RTVC – Radio Televisión Nacional de Colombia. Criada em outubro de 2004 como “uma entidade descentralizada indireta, cujos sócios serão o Instituto Nacional de Rádio e Televisão (Inravisión) e a Administración Postal Nacional (Adpostal), com o caráter de sociedade entre entidades públicas, da ordem nacional, cujo objeto será a programação, produção e operação da rede de rádio e televisão pública”⁸, a RTVC planeja, coordena e distribui toda a programação da rede de emissoras públicas de rádio (Radio Nacional de Colombia e Radiónica) e televisão (Señal Colombia e Señal Institucional).

A missão apresentada pela RTVC é a de prestar um serviço de rádio e televisão pública “eficiente e de alta qualidade”, para que a programação “de alta qualidade” fomente “a participação democrática, a construção da cidadania e a geração da identidade nacional”. E de acordo com a Resolução N° 452, de 2007, pretende,

En el 2011 seremos una empresa líder en el mercado nacional de la televisión, la radio y nuevos medios, modelo de efectividad a nivel regional, con la capacidad de tomar decisiones técnicas, financieras; con cobertura nacional y de difusión de nuestra diversidad cultural en el exterior, por medio de la cual el Estado garantizará una programación entretenida de carácter educativo, cultural e institucional, de interés común, promotora de la interacción comunicativa para formar ciudadanía.⁹

⁸ Decreto 3525 de 2004. *Diario Oficial* n° 45.714, de 27/10/2004. Disponível em 15/01/2009 em: http://www.rtv.gov.co/images/stories/normas/DECRETO_3525_DE_2004.pdf

⁹ Radio Televisión Nacional de Colombia. Disponível em 03/06/2010 em: http://www.rtv.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=11



No **Chile**, a Televisión Nacional de Chile (TVN), define-se como “pessoa jurídica de direito público e constitui uma empresa autônoma do Estado. Como tal, desempenha o papel de meio de comunicação independente, tanto do governo como dos poderes públicos distintos”. O cuidado da TVN com a transparência está manifesto na distribuição das informações no *site* oficial da empresa.¹⁰ Ali estão disponíveis vários dados organizacionais – como os salários dos diretores e funcionários, balanços trimestrais e balanços financeiros anuais, além da sua estrutura organizacional, com o nome e função de cada um dos seus diretores e gerentes. Também vale citar o destaque para a linha editorial no site da emissora, cujas metas estão resumidas nos seguintes pontos:

Promover la integración de la Nación en la diversidad y el pluralismo;
Incentivar la comunicación entre los chilenos, brindando la oportunidad de expresarse y escucharse;

Promover el crecimiento y desarrollo personal de los chilenos, en aras de su enriquecimiento emocional, cognitivo y cultural;

Proveer una ventana al mundo y con ello la oportunidad de integración y diferenciación con los demás países;

Otorgar espacios de presencia e interlocución a las diferentes regiones del país.
Estimular el pensamiento crítico y analítico, fomentando un procesamiento de la información que destaque la complejidad de los hechos y presente los diversos puntos de vista y sus implicancias éticas;

Garantizar el derecho a la información en sus aspectos políticos, culturales y sociales, tanto en el plano nacional como en el internacional;

Promover la tolerancia, el respeto, la solidaridad y la responsabilidad como ejes de la convivencia social entre los chilenos;

Proporcionar un entretenimiento sano, que valore el lenguaje lúdico de la Televisión y sus diversos géneros de entretención.

A TVN é supervisionada pelo Conselho Nacional de Televisão (CNTV), órgão constitucional autônomo “criado e configurado pela Constituição em seus elementos essenciais, cuja missão é velar pelo correto funcionamento dos serviços de televisão”¹¹ no país.

¹⁰ Disponível em 25/06/2010 em: <http://www.tvn.cl/corporativo/2009/marconormativo.html>

¹¹ Consejo Nacional de Televisión. Naturaleza Jurídica y Misión. Disponível em 25/01/2009 em: http://www.cntv.cl/link.cgi/Quienes_Somos/



Situações distintas estão neste momento se desdobrando também em outros países – caso da **Bolívia**, por exemplo, onde a Empresa Nacional de Televisión Boliviana (ENTB), no ar desde 1969, foi liquidada em abril de 2009 pelo governo central sob a alegação de perdas milionárias e imediatamente substituída por decreto (Decreto Supremo 0078, de 30/04/2009) pela Empresa Estatal de Televisión – Bolivia TV, constituída como “empresa estratégica de Estado”.¹² A atual Bolívia TV, identificada oficialmente como a “Empresa Estatal de Televisão do Estado Plurinacional da Bolívia”, anuncia no seu *site* oficial que trabalha na execução de dois projetos principais: um para a Melhoria da Cobertura e de Aquisição de Equipamentos de Comunicação para a Digitalização e outro voltado para a Implementação de Estações de TV na Área Rural dos Departamento de Beni, Chuquisaca e Pando.¹³

Em relação às emissoras de rádio, a Rede Illimani, hoje Rede Patria Nova, trabalha com o Sistema de la Rede de Radios de los Pueblos Originarios, com a maioria das suas emissoras localizada na área rural da Bolívia. Informam que “uniram-se ao sinal nacional de rádio para dar a conhecer a sua realidade e também para participar do processo de mudança que vive a Bolívia”.¹⁴ A Rede Patria Nova apresenta assim a sua missão e visão: “Transmitir mensagens que contribuam para uma comunicação democrática e participativa a todos os bolivianos e ser um meio de comunicação líder no território nacional e também de maior credibilidade”.

De todos os países sul-americanos, a **Argentina** é aquele que tem, em 2010, as leis mais recentes relativas aos meios de comunicação. A Ley de Servicios Audiovisuales (Ley 26.522, de outubro de 2009), trata, no seu 1º capítulo, do alcance dos meios, entendendo que,

El destino de la presente ley atiende a la previsión legal de los servicios de comunicación audiovisual como una realidad más abarcativa que la restringida emergente del concepto de radiodifusión, toda vez que las tendencias legiferantes en el conjunto de los países no solo se dedican a contemplar a las instancias destinadas a las condiciones de los medios en tanto emisores últimos

¹² La ENTB quiebra por pérdidas y el Gobierno lanza Bolivia TV. *La Prensa*, 06/05/2009. Disponível em: http://www.laprensa.com.bo/noticias/06-05-09/06_05_09_poli1.php

¹³ Ainda que o site da empresa apresente links para os documentos relativos a cada um desses projetos e também para outras áreas do *site*, como de Dados Institucionais, o resultado da consulta é “Erro 404 página não encontrada”. Consulta em 25/06/2010, em www.boliviavt.bo

¹⁴ Disponível em 25/06/2010 em <http://www.patrianueva.bo/>



frente al público, sino también otras circunstancias de orden de políticas públicas regulatorias y de promoción del derecho a la información y al aprovechamiento y alfabetización tecnológica superando los criterios basados en la sola previsión del soporte técnico.¹⁵

A Lei aprovada pelo congresso argentino reforça uma visão comum da Sociedade da Informação, tema da Declaração de Princípios de 2004, na Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação e reafirma que a mesma está alinhada com os textos internacionais de defesa dos direitos humanos, em especial aqueles vinculados à liberdade de expressão, como fica evidente no capítulo 2º, que trata do caráter e alcances da definição da definição de meio audiovisual:

La actividad realizada por los servicios de comunicación audiovisual se considera una actividad de interés público, de carácter fundamental para el desarrollo sociocultural de la población por el que se exterioriza el derecho humano inalienable de expresar, recibir, difundir e investigar informaciones, ideas y opiniones. La explotación de los servicios de comunicación audiovisual podrá ser efectuada por prestadores de gestión estatal, de gestión privada con fines de lucro y de gestión privada sin fines de lucro, los que deberán tener capacidad de operar y tener acceso equitativo a todas las plataformas de transmisión disponibles.

La condición de actividad de interés público importa la preservación y el desarrollo de las actividades previstas en la presente como parte de las obligaciones del Estado nacional establecidas en el artículo 75 inciso 19 de la Constitución Nacional. A tal efecto, la comunicación audiovisual en cualquiera de sus soportes resulta una actividad social de interés público, en la que el Estado debe salvaguardar el derecho a la información, a la participación, preservación y desarrollo del Estado de Derecho, así como los valores de la libertad de expresión. El objeto primordial de la actividad brindada por los servicios regulados en la presente es la promoción de la diversidad y la universalidad en el acceso y la participación, implicando ello igualdad de oportunidades de todos los habitantes de la Nación para acceder a los beneficios de su prestación. En particular, importa la satisfacción de las necesidades de información y comunicación social de las comunidades en que los medios estén instalados y alcanzan en su área de cobertura o prestación.

¹⁵ Texto completo da Lei disponível em 06/05/2010 em:
<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>



Alguma conclusões

A análise preliminar dos meios de radiodifusão identificados como públicos nos cinco países da América do Sul aqui considerados (Brasil, Colômbia, Chile, Bolívia e Argentina) apontam para a heterogeneidade tanto da legislação como dos respectivos sistemas na região.

Enquanto no Brasil há uma reordenação (sem alteração da legislação) do sistema nacional entre 2007 e 2008¹⁶ – antes designado educativo/cultural e agora público –, na Argentina a principal alteração ocorre no setor legal, com nova lei instituída em outubro de 2009. Os meios de comunicação públicos continuam reunidos na Radio y Televisión Argentina Sociedade del Estado. A RTA é dirigida por um Conselho Consultivo honorário, cuja tarefa consiste, entre outros pontos, em convocar audiências públicas, habilitar canais de comunicação direta com os cidadãos e sugerir melhorias para o funcionamento das 40 emissoras de rádio e para a rede de TV pública (cabeça de rede em Buenos Aires e 295 estações repetidoras em todas as regiões, o que faz com que chegue a 99,5% do território argentino).

Ao contrario da Argentina, do Brasil e da Colombia, a TVN chilena não possui filiais ou coligadas. No caso da TV pública do Chile é válido registrar a preocupação com a memória e a transparência: o *site* institucional possui informações financeiras (*estados financieros*) raras nos outros países. Dados mais precisos foram encontrados apenas no portal institucional da RTVC Colômbia, no qual é possível consultar os balanços financeiros (*informes de gestión*) resumidos desde 2004, bem como planos de compra e de desenvolvimento¹⁷.

De todos os casos aqui analisados destacam-se, pela diversidade nos seus estágios atuais, o sistema público de radiodifusão da Colômbia e da Bolívia. O primeiro, pela legislação atual e pelo amplo leque de informações disponíveis para qualquer visitante no seu portal, que tanto direciona para todas as emissoras que fazem parte da rede pública como traz mapa de cobertura de emissoras de rádio e manual do usuário do sinal de televisão estatal. Na outra ponta da disponibilidade de informações *online* está o sistema de radiodifusão público da Bolívia, que mostra uma rede ainda em construção: a irregularidade no acesso aos links para documentos impede a coleta de

¹⁶ A EBC reúne hoje oito emissoras de rádio, três canais de TV (TV Brasil, TV Brasil Internacional, NBR) e uma agência de notícias (Agencia Brasil).

¹⁷ Dados disponíveis em:

http://www.rtvco.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=11



informações sobre o canal. Mas foi possível ter acesso a um mapa das repetidoras da Bolívia TV indicava que, em 20 de junho de 2010, a emissora chegava a 153 localidades, atingindo uma população de 4 milhões de habitantes¹⁸.

As informações preliminares aqui relatadas, resultante do exame de emissoras em cinco dos 12 países da América do Sul, sugerem que o estudo dos sistemas públicos ou vinculados ao Estado não deve estar circunscrito aos canais que se apresentam oficialmente como públicos. Ao contrário: pode incluir também a análise de grupos, redes ou experiências de rádio e televisão que se enquadrem em outras denominações – sejam emissoras universitárias, comunitárias, rurais ou educativas – para dessa forma tentar compreender de modo preciso o processo de construção de sistema públicos de radiodifusão nos países sul-americanos.

Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA Brasil. Empresa Brasil de Comunicação terá diferentes formas de financiamento. Em: www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/11/materia.2007-10-11.2874503544/view
- BANERJEE, Indrajit and SENEVIRATNE, Kalinga. *Public Broadcasting: a Best Practices Sourcebook*. Paris, UNESCO, 2005.
- BARALE, Ana María Peppino. *Radio educativa, popular y comunitaria en América Latina*. México, D.F.: Plaza y Valdés Editores, 1999.
- BOLIVIA TV. Disponível em www.boliviavt.bo
- BRITISH regulator begins review of public broadcasting. *International Herald Tribune*, April 11, 2008. Em: www.ihf.com/bin/printfriendly.php?id=11875659
- DUER, Kreszentia; BUCLEY, Steve; MENDEL, Toby; O SIOCHRÚ, Seán; PRICE, Monroe; and RABOY, Marc. *Broadcasting, Voice, and Accountability – A Public Interest Approach to Policy, Law and Regulation*. Washington, D.C.: World Bank, 2008.
- EMPRESA Brasil de Comunicação. Em: <http://www.ebc.tv.br/>
- GOMES, Ana Luiza Zaniboni. *Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Oboré, 2007.
- KUNCAR, Gridvia y LOZADA, Fernando. Las voces del coraje: Radios mineras de Bolívia. *Chasqui* n.º. 10, abril-junio 1984, p. 52-57.
- LOWE, Gregory Ferrell and JAUERT, Per (org). *Cultural Dilemmas in Public Service Broadcasting*. Göteborg: Nordicom, 2005.

¹⁸ Bolívia TV. Disponível em 28/06/2010 em www.boliviavt.bo



- MANFREDI SÁNCHEZ, J. L. *La televisión pública en la transformación del Estado de bienestar*. Sevilla: Instituto de Administración Pública, 2004.
- MARKUN, Paulo e PRIOLLI, Gabriel. Nem concorrência nem submissão. Em *Observatório da Imprensa*, Ano 15, nº 572, 12/01/2010. Disponível em 06/06/2010 em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=572IPB002>
- MASTRINI, Guillermo. Televisión estatal o gubernamental? *Le Monde Diplomatique*, nº 12, junio 2000. Disponível em: <http://www.insumisos.com/diplo/NODE/2325.HTM>
- MIOLA, Edna. O desafio da participação deliberativa para a radiodifusão pública. Belo Horizonte: II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política., 2007. Em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_scp-edna.pdf
- MOREIRA, Sonia V. Reporting and Writing – Specialized Journalism (International and Development). In: COBDEN, Michael; ADAM, Gordon Stuart; HOLM, Hans-Henrik; and ABU-FADIL, Magda (ed). *Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries and Emerging Democracies*. Paris: UNESCO – Communication and Information Sector, 2007.
- _____. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª edição). São Paulo: Atlas, 2006, p. 269-279.
- MERAYO, Arturo. *La radio en Iberoamérica: Evolución, diagnóstico y prospectiva*. Sevilla/Zamora: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2007.
- OLAUSSON, Ulrika. The Ideological Horizons of Citizenship. National Media as Discursive Bridge. In: HÖIJER, Birgitta (ed). *Ideological Horizons in Media and Citizen Discourses – Theoretical and Methodological Approaches*. Göteborg: Nordicom, 2007.
- OTONI, Luciana. *Desafios* (IPEA), dezembro de 2007., p. 24-30.
- PARK, Namsu. Challenge of the Public Service Broadcasting to the New Media Era: The Case of Korean Broadcasting System (KBS). International Communication Association. San Francisco (Ca), May 24, 2007.
- PERRY, Guillermo. Ciudadanos, políticos y proveedores. Seminario El liderazgo ciudadano del periodismo radial ante el reto de la transparencia y la eficiencia en la prestación de servicios públicos. 10, 11 y 12 de mayo de 2005.
Em: www.fnpi.org/biblioteca/relatorias/seminarioradio/7.asp
- PORCAR, Iolanda Massó. La radiotelevisión pública en el nuevo panorama europeo: retos del nuevo orden económico. *Revista Latina de Comunicación Social*, Ano 2, nº 24, diciembre de 1999. Em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999adi/07Masso.html>
- PROPOSTAS preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil. Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação. Brasília, janeiro de 2007.
Em:
www.freteradiotvdigitaldemocratica.org/Topico/ForumTVPub/ContribuicaoFNDC.pdf
- PUBLIC Broadcasting: Why? How?* Paris/Montréal: UNESCO/CMRTV, 2001.



RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy dos. *Políticas de comunicação – buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.

RTVC – Radio Televisión Nacional de Colombia. Em:

http://www.rtv.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=11

SCHUMANN, Gernot. La regulación de la radiodifusión en el federalismo: El caso de Alemania. *Telos* nº 68, julio-septiembre 2006.

Em: <http://www.campusred.net/telos/articulocuaderno.asp?idArticulo=6&rev=68>

TELESUR – Concepto. Em: www.telesur.net/secciones/concepto/index.php

TELEVISIÓN Nacional de Chile – TVN. Información Básica. Disponível em 04/04/2010 em:

<http://www.tvn.cl/corporativo/2009/identificacion.html>

TRATADO Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, nota nº. 265, de 23/05/2008.

Em: http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhes3.asp?ID_RELEASE=5466

UNA RADIODIFUSIÓN PÚBLICA PARA LA DEMOCRACIA. Principios básicos sobre el funcionamiento de la radio y la televisión públicas. Buenos Aires: Asociación por los Derechos Civiles, 2003-2004. Em: <http://www.farn.org.ar/docs/p35.pdf>